

CRISE COMO OPORTUNIDADE DE CRESCIMENTO

Secretários da Administração/Gestão de 15 estados reuniram-se em Florianópolis (SC) para discutir formas de fortalecer a gestão pública e o desenvolvimento do Brasil



O Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) realizou, nos dias 13 e 14 de agosto, a 98ª edição do seu fórum trimestral, no Hotel Maria do Mar, em Florianópolis (SC). Participaram da reunião os secretários e os representantes da Administração/Gestão de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Distrito Federal, de Goiás, de Minas Gerais, do Pará, do

Paraná, do Piauí, de Pernambuco, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de Roraima, de Santa Catarina e de Sergipe.

A cerimônia de abertura também contou com a presença do Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger; do Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo; do Presidente do Conse-

Iho Nacional dos Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan), Murilo Flores; e do Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Eduardo Deschamps.

Na ocasião, a Presidente do Consad e Secretária de Estado da Administração do Pará, Alice Viana, explicou que o compartilhamento de experiências promovido pelo Consad é funda- »

PÁG. 3

MINISTRO DEFENDE
A CRIAÇÃO DE NOVA
AGENDA DE GESTÃO

PÁG. 5

CONSULTOR LEGISLATIVO
SUGERE REGRAS FISCAIS
PRÓPRIAS NOS ESTADOS

PÁG. 8

CONSAD ELEGE NOVOS
MEMBROS PARA O
BIÊNIO 2015/2016

EDITORIAL



Presidente do Consad, Alice Viana

Em tempos de crise, os governos estaduais têm um grande desafio pela frente: corrigir erros na gestão pública brasileira que se perpetuam há anos. É preciso buscar saídas para os gargalos que impedem o Brasil de crescer e de atender bem à população em suas necessidades mais básicas. E o Consad tem papel importante nesse processo, pois incentiva a modernização da gestão e a troca de experiências bem-sucedidas entre os estados.

Durante a 98^a edição do Fórum Consad, em Florianópolis (SC), secretários e representantes da Administração/Gestão de 15 estados discutiram formas de melhorar a gestão e a qualidade do gasto público. Contamos com a presença do governador Raimundo Colombo e do Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger.

Foram dois dias de ricos debates. Mangabeira defendeu um novo olhar sobre as instituições públicas e a modernização na forma de geri-las. Já o governador Raimundo Colombo vislumbrou, na crise, oportunidades. O importante é que todos trabalhem juntos, com ações cooperativas entre União, estados e municípios, para o fortalecimento das nossas instituições. Quem ganha é a sociedade!

mental para que se otimize os recursos públicos. "O Conselho consolidou-se como verdadeira agência de fomento ao desenvolvimento da gestão pública brasileira. O que nos une, de fato, é a necessidade de melhorar a capacidade de gestão e de governança dos estados e de resolver os problemas do País", disse.

Sobre a crise que assola o Brasil, Alice Viana ressaltou a importância de se criar políticas de desenvolvimento econômico nacional que possam garantir a presença do Estado e recuperar a capacidade de investimento e, consequentemente, a credibilidade do País. "Assim, a Nação volta a crescer com a produção de bens, a prestação de serviços e a capacidade de atrair investimentos, promovendo qualidade de vida ao nosso povo", acrescentou.

O Governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo, destacou a importância da realização do Fórum Consad para apontar alternativas aos estados brasileiros frente à atual conjuntura política e econômica. "Essa troca de experiências com todos os secretários ajuda-nos a ter melhores resultados. A situação do nosso Estado é equilibrada, mas precisamos avançar, diminuindo despesas, e continuar prestando um bom trabalho à sociedade. Esse é o grande desafio", avaliou.

Colombo acredita que a crise não é passageira, mas entende que o momento é de oportunidade para se corrigir o que já vinha errado há muitos anos. "É uma mudança de modelo que precisa ser feita. Ou a gente faz coisas novas, avança e corrige, ou vamos fra-

cassar. E o nosso fracasso atinge diretamente a sociedade", atentou.

EXEMPLO A SER SEGUIDO

Anfitrião do encontro, o Secretário da Administração do Estado de Santa Catarina, João Matos, elogiou o fato de o Conselho criar oportunidades para o fortalecimento da gestão pública, com acesso à informações estratégicas e exemplos bem-sucedidos da Administração Pública, em todo o País. "É uma honra para Santa Catarina sediar este fórum, especialmente no momento em que se exigem atenção redobrada dos gestores, mudança de comportamentos das administrações públicas e revisão de prioridades nos estados", listou.

João Matos salientou que, apesar da crise, o seu Estado tem mantido indicadores positivos, o que trouxe tranquilidade nos últimos meses. Outros fatores que são determinantes para que o governo catarinense enfrente com menos dificuldade a atual situação brasileira é a implantação de programas e de ações de incentivo à economia. "Em conjunto, podemos aprender com as nossas experiências exitosas de gestão e, assim, oferecer alternativas viáveis e resolutivas", concluiu.

PRÓXIMA EDIÇÃO

Brasília foi escolhida para sediar, na segunda quinzena de novembro, a 99^a edição do Fórum Consad. A reunião, com data ainda a ser definida, irá marcar os 15 anos do Conselho e deverá acontecer, em conjunto, com o Conplan e o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). ■



Governador de SC, Raimundo Colombo, e o Secretário de Administração João Matos

NOVA AGENDA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA

Ministro defendeu uma reforma que organize carreiras, busque a eficiência do Estado e fomente experimentalismo na maneira de atuação do governo

O Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, sugeriu que os gestores lancem um novo olhar sobre as instituições públicas e modernizem as formas de geri-las. Para ele, a criação de uma nova agenda nacional é essencial para o desenvolvimento do Brasil, sobretudo para a reforma das instituições que fazem parte da Administração Pública.

A solução, segundo o ministro, é unificar e popularizar essa agenda, abrangendo os anseios dos governos federal, estadual e municipal. As diretrizes já começaram a ser alinhadas em reuniões que aconteceram na sede da SAE, em Brasília, com a presença de representantes dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Consad. "A minha tarefa é ajudar a construir um projeto de Estado, não apenas um plano do governo que está momentaneamente no poder", explicou.

Mangabeira defendeu que esse projeto só pode ser construído a partir de processo decisório aberto. Outro entrave é conviver com o nível muito baixo de produtividade na economia. Essa mudança surge justamente durante a crise econômica e dá a tônica de qual é o novo caminho a ser idealizado: "se estivéssemos em época de bonança não pensaríamos em reforma. As alternativas estruturais só ocorrem na crise. Agora, não é hora de rotina, mas, sim, de imaginação", pontuou.

Um instrumento para a construção da estratégia nacional de desenvolvimento é a cooperação federativa e a política regional, com base em política igualitária para todas as regiões. Também é preciso organizar dialética de vanguardismo, conforme as vantagens de cada Estado. "E essa dimensão da mudança tem de ser construída de baixo para cima, pelas próprias regiões, e não apenas de cima para baixo, pelo Governo Federal".



CRIAÇÃO DO ESTADO

O titular da SAE comentou que, historicamente, a revolução do Estado e da política só ocorre quando necessário. "Por isso, enfrentamos um problema: esse Estado ainda não existe. Teremos de construí-lo", avaliou. Para ele, o desafio é executar as três grandes agendas de reconstrução do Brasil – "jamais completadas" –, de forma simultânea: a do século XIX, de profissionalismo na burocracia; a do XX, de eficiência na Administração Pública; e a do XXI, de experimentalismo na maneira de atuação do Estado.

Mangabeira afirmou que a primeira tarefa é organizar as carreiras de Estado, que são condição do aprofundamento da democracia. Para tanto, seria primordial a criação de instrumentos que permitissem aos cidadãos dedicar, assim como nas Forças Armadas, uma parte de suas carreiras ao Estado – e não a vida toda.

A reforma deve buscar, ainda, a eficiência do Estado com choque de gestão. "Além das agendas de profissionalismo, eficiência e experimentalismo, temos de reconstruir o sistema para que os mecanismos de controle, a pretexto de constranger o gestor desonesto, não impeça aquele que é honesto de trabalhar".

Em relação à qualidade dos serviços públicos, ele acredita que, para qualificá-los, será necessário que o Estado se organize e se prepare, bem como financie, coordene e monitore a sociedade, de maneira independente, para que participe da provisão competitiva e experimentalista dos serviços que lhes são oferecidos.

Por fim, o ministro apontou o pró e o contra desse novo projeto de Estado: a vantagem é que os gestores públicos desejam que o processo se concretize, e a desvantagem é que pode parecer muito remoto das preocupações cotidianas da população, "que não comprehende que essa reconstrução é fundamental para alcançarmos os objetivos que importam a elas", comparou.

CONTRIBUIÇÕES DO CONSAD

A Presidente do Consad e Secretária de Estado da Administração do Pará, Alice Viana, aproveitou para ressaltar que o desafio do Conselho é consolidar-se como instância de articulação não apenas institucional como também política de fortalecimento da gestão pública do País. "O momento é propício para que nos unamos, como colegiado de cooperação, e fortaleçamos essa agenda com propostas do Consad que representem os interesses dos estados".

A partir da proposta preliminar de reformulação da nova agenda de gestão pública, que foi entregue aos secretários de Estado e aos representantes da Administração/Gestão, formou-se um grupo de sistematização e de consolidação das contribuições do Consad, que deverão ser finalizadas até o dia 15 de setembro e encaminhadas à SAE.

O Secretário de Estado da Administração de Roraima, Frederico Linhares, irá coordenar o Grupo de Trabalho, que também é formado pelos secretários do Amapá, Maria Goreth Silva; do Paraná, Dianorah Nogara; e do Piauí, Franzé Silva. ■

SC SAÚDE É REFERÊNCIA PARA OUTROS ESTADOS

Com índice geral de 93% de satisfação dos segurados, plano de saúde restringe desconto mensal de coparticipação em 20%, atendendo servidores e familiares

Com gestão própria, o SC Saúde atende a mais de 172 mil servidores catarinenses – o que representa 80% dos servidores e de seus familiares. O plano conta com uma rede de quase 7 mil prestadores de serviço – sendo mais de 5 mil médicos, profissionais de saúde (fisioterapeutas, técnicos de enfermagem, psicólogos e nutricionistas), clínicas, hospitais e serviços de diagnóstico de imagem e laboratorial.

Existem 12 Centros de Atendimento ao Segurado (CAS), que garantem atendimento presencial e descentralização dos serviços. O plano é opcional e também se destaca no mercado por permitir a adesão dos filhos maiores de idade como agregados, por estabelecer contribuição mensal de acordo com a faixa salarial do colaborador e, ainda, por restringir o desconto mensal do segurado com a coparticipação em 20%.

Sem fins lucrativos, o SC Saúde tem um fundo formado pela contribuição

mensal do segurado, que corresponde ao percentual fixo de 4,5%, sobre a base de cálculo previdenciário, e de outros 4,5%, do patronal do Estado. “Temos orgulho de oferecer ao servidor catarinense uma das melhores assistências à saúde do País”, afirmou o Secretário de Estado da Administração de Santa Catarina, João Matos.

SATISFAÇÃO DO SERVIDOR

Em 2012, após exaustiva renegociação com uma operadora de plano de saúde, que, em seis anos, já havia aumentado o valor cobrado em 240%, o Estado tomou para si 100% da gestão. “A implantação foi marcada pelo descrédito da classe médica e hospitalar, dos meios de comunicação e dos próprios servidores”, relatou a Gerente de Serviços de Saúde do Servidor do Estado de Santa Catarina, Maria Aparecida dos Santos.

A empreitada foi realizada em apenas oito meses, com o apoio de uma em-

presa especializada em gestão. Depois de três anos, o SC Saúde pontua 93% do índice geral de satisfação dos segurados. Outro pilar de sustentação do plano é o atendimento preventivo, integrado por visitas de monitoramento a pacientes com doenças crônicas, grupos de apoio, atividades e palestras. Nesse segmento, a satisfação alcança 99%. ■



REDE DIGITAL MAIS INFLUENTE DO BRASIL

Em reunião com o Grupo de Trabalho de Comunicação do Consad, Guarany Pacheco revelou as estratégias da Secom para aproximar o governo dos cidadãos catarinenses

ODiretor de Novas Mídias e Secretário-Adjunto de Comunicação do Estado de Santa Catarina, Guarany Pacheco, apresentou a palestra “Atuando em rede: o case #SC” aos assessores da Bahia, do Pará, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, que integram o Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação do Consad. Ele comentou que o governo já possuía presença digital, mas foi somente a partir de fevereiro deste ano que passou a atuar fortemente nas redes, se parando o que era digital de rede social.

A primeira ação foi o alinhamento entre o gabinete do Governador, a Secretaria de Comunicação (Secom) e as 45 secretarias regionais, que passaram a ter uma identidade visual, além de adotarem um nome padrão. Hoje, são quase 800 mil cidadãos em contato direto com o governo. “O conteúdo produzido e disseminado é pensado de forma estratégica, com informação qualificada”, afirmou Guarany.

O Diretor de Novas Mídias também revelou que utiliza recursos do WhatsApp,

e-mail e SMS para atingir públicos distintos, divididos em três categorias: estratégica (secretários e adjuntos do primeiro escalão e presidentes de empresas governamentais), interna (pessoas dentro das secretarias que cedem informações e trabalham o conteúdo na imprensa e nas redes sociais) e externa (presidentes de partido, vereadores e empresários). “Todos os grupos são customizados e escolhidos por afinidade e demandam informações muito específicas e segmentadas”, concluiu. ■

PLANO EMERGENCIAL DE CRESCIMENTO DO PAÍS

Consultor legislativo sugeriu que estados enxuguem as suas receitas e criem regras próprias de contenção fiscal e de reforço à LRF, como alternativa à crise



Marcos Mendes: reformas estruturantes

Seria necessário, pelo menos, um Plano Levy por ano e mais um pouco para equilibrar as contas do governo", constatou o Consultor Legislativo do Senado Federal, Marcos Mendes, justificando que o tamanho do ajuste fiscal que o Brasil precisa é muito maior do que o proposto pelo governo, que pretendia aumentar a receita em R\$ 18 bilhões.

Mendes mostrou que, pelas regras atuais, o gasto com a Previdência Social crescerá 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano, o que representa um impacto de R\$ 16,5 bilhões aos cofres públicos. Se somarmos esse gasto aos R\$ 5,5 bilhões previstos para a saúde e a educação, o montante chegaria a R\$ 22 bilhões anuais. Para o consultor legislativo, "não estamos em uma simples fase de transição, com a retomada do crescimento nos esperando na curva do caminho. É preciso mudar o papel do setor público na economia", defendeu.

Na sua avaliação, a crise atual só será resolvida com reformas estruturantes duras, com providências em curto prazo – e não mais com o aumento da receita tributária, como já foi feito anteriormente. "O quadro não é muito animador. Hoje, as despesas estaduais estão muito altas, e existe incapacidade de se levantar recei-

tas. É preciso que se pense na qualidade do gasto público", analisou.

Uma solução é que os estados firmem acordos mútuos com o governo e revejam a legislação com relação à Previdência Social, à paralisação dos serviços públicos por greve e às despesas obrigatórias com programas governamentais. "Os incentivos para atrair empresas também estão esgotados. Outros atrativos seriam as administrações estaduais melhorarem o serviço público, aumentando a produtividade e oferecendo ambiente urbano adequado, com transporte, segurança e infraestrutura de qualidade", frisou.

MÁ GESTÃO

Marcos comentou que, nos anos 80, a redemocratização do País concedeu mais direitos à população, e o governo passou a dedicar atenção especial àqueles que, antes, eram vistos como marginalizados. Todavia, a expansão do gasto para atender a todos, sem retirar os benefícios das classes média e alta, deixou o Estado com elevada carga de tributos, o que, hoje, resulta em desaceleração no crescimento do Brasil.

Segundo ele, o orçamento das três esferas de governo é rígido e não comporta grandes cortes. Isso acontece por causa de vários fatores, como o fato de existirem despesas mínimas com saúde e educação e regras rígidas previdenciárias que geram obrigações líquidas, além da questão da estabilidade dos servidores públicos no emprego. Em 2014, essas despesas somavam 88% da receita primária disponível do governo – um aumento de 12%, em relação a 2004.

O consultor enfatizou que a crise foi agravada pela má gestão econômica dos últimos anos, com a aceleração da despesa pública e as desonerações fiscais que elevaram o déficit e a dívida – sem contar o congelamento dos preços da gasolina

e da energia que estimulou o consumo e causou desmonte da produção de etanol no País. Ele citou, ainda, o estímulo ao endividamento de estados e municípios pelo afrouxamento das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Se o Brasil voltar a crescer, o problema fiscal diminui, uma vez que a receita pública aumenta. No entanto, o problema é como crescer, na avaliação de Mendes, pois a produtividade é baixa e não existe previsão de crescimento, faltam recursos para investimentos, a população em idade ativa vai começar a encolher e as reformas ainda precisam ser feitas.

QUESTÃO DOS ESTADOS

Os estados brasileiros estão cada vez mais endividados, sobretudo após 2011, quando o governo decidiu afrouxar as regras da LRF. A despesa corrente estadual atingiu 11,8% do PIB, em 2013, enquanto as receitas representaram 12,9% e seguiram em queda – devido à política de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e à menor atividade econômica. Despesas maiores do que a receita; programas de governo sem monitoramento e avaliação; poucos investimentos; e a população insatisfeita, pedindo nas ruas a melhoria dos serviços públicos, mostram "como é fundamental recuperar o foco no atendimento aos cidadãos, por meio de uma série de ações", apontou.

O Brasil, de acordo com Mendes, está em uma "encruzilhada econômica", já que a crise não passará tão rapidamente e exige reformas difíceis. Por isso, seria muito importante que os estados enxugassem suas dívidas e criassem suas próprias regras de contenção fiscal e de reforço à LRF. A sugestão é uma mudança patrimonial, por meio da privatização e da alienação de ativos e, principalmente, que os estados mudem o seu foco para o atendimento de qualidade à sociedade.

TRANSPARÊNCIA NOS REPASSES DA UNIÃO

Rede Siconv amplia a capacidade de recursos, reduz o tempo de liberação das verbas do convênio, realiza treinamento continuado e melhora o atendimento ao cidadão

ARede do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) do Governo Federal foi criada em 2008, pelo Ministério do Plane-

jamento, Orçamento e Gestão (MPOG), e, desde abril deste ano, está em execução no Acre, no Distrito Federal, na Paraíba, em Sergipe e no Tocantins. A previsão é de que 19 mil usuários sejam capacitados este ano, por meio da plataforma de Educação a Distância (EaD), e se tornem multiplicadores de conhecimento.

Segundo o Diretor do Departamento de Logística e Serviços Gerais do MPOG, Carlos Henrique de Azevedo, o programa visa desburocratizar e dar mais transparência às transferências voluntárias da União para estados, o Distrito Federal, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos. Realizadas por meio de convênios, contratos de repasse e termos de parceria, essas transferências ajudam a construir escolas, quadras esportivas, cisternas, poços artesanais e, até, hospitais.

Carlos Henrique explicou que o sistema amplia a capacitação de re-

cursos, reduz o tempo de liberação das verbas do convênio, realiza treinamento continuado e melhora o atendimento ao cidadão. “É um processo de melhoramento contínuo, com ganho inicial significante, e sua sistematização proporcionará a organização, a detecção de necessidades e a condução política”, frisou.

O Estado que manifestar vontade de fazer parte do programa deve assinar um acordo de cooperação técnica com o Ministério do Planejamento, que prevê, junto à Escola Nacional de Administração Pública (Enap), a capacitação de servidores estaduais/distritais e municipais e de representantes de organizações da sociedade civil. “O mau uso do sistema de convênios reflete na má utilização de recursos públicos, comprometendo o atendimento às necessidades da população”, justificou Carlos Henrique. ■



Carlos Henrique: “processo de melhoramento”

LOGÍSTICA EM FAVOR DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Com mais de 350 anos de experiência, Correios conta com 120 mil colaboradores e com logística que permite operações personalizadas em todo o território nacional

Considerada uma das instituições de maior credibilidade entre os brasileiros, os Correios aproveitam a sua logística para apoiar operações do governo, nas esferas municipal, estadual e federal. É o caso do projeto Remédio em Casa, que entrega 63 tipos de medicamentos aos portadores de doenças crônicas que têm acompanhamento das secretarias de saúde de todo o País. Por ano, são distribuídos mais de 31,2 mil medicamentos, segundo o Vice-Presidente de Logística dos Correios, José Furian Filho.

Já o Leve Leite viabiliza a entrega de leite em pó em mais de 350 mil domicílios, por mês, no Estado de São Paulo, para alunos, de até 14 anos, matriculados na rede municipal de ensino. Outro caso de sucesso, conforme o vice-presidente, é a distribuição de 163 mil livros didáticos, adquiridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que beneficiaram quase 37 milhões de estudantes.

Para José Furian Filho, mais do que 350 anos de experiência, a empresa tem presença. “Fazemos distribuição, atendimento e entrega em mais de

5 mil municípios. Há lugares em que os Correios é a única instituição bancária, por meio do Banco Postal”, frisou.

JOGOS D'ORIO

É a primeira empresa de Correios a entregar o maior evento esportivo do mundo: os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Com o papel de operadora logística, tem a missão de realizar 17 mil entregas, um milhão de encomendas, 980 mil partes de equipamentos esportivos, 36 mil bagagens de atletas, 8,6 mil amostras antidoping e 300 km de alambrado. ■

DIAGNÓSTICO DAS COMPRAS ESTADUAIS

Formado por representantes do Consad, do Conseplan, do Gefin e do BID, grupo analisou o modelo de compras públicas em execução em 17 estados

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) esteve à frente de uma pesquisa que diagnosticou como estão as compras públicas estaduais. Por intermédio do Consad, do Conseplan e do Grupo de Gestores de Finanças Estaduais (Gefin), 17 estados participaram da pesquisa, que resultou em um programa de capacitação coordenado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Os dados, conforme a especialista sênior em Gestão Fiscal e Municipal do BID, Ana Lúcia Dezolt, datam de 2013 e avaliaram o modelo de organização, o arcabouço legal e normativo, os processos e os sistemas de informação e o controle. “É um dado oficial, não uma percepção. Temos um campo de trabalho de riqueza ímpar e propostas de melhoria que não têm precedentes”, defendeu.

Ana Lúcia explicou que, em quase todos os estados, a área de compras está ligada à Secretaria de Administração, de Planejamento ou de Gestão – com exceção de São Paulo, que está subordinada à Secretaria de Fazenda; e do Maranhão, à governadoria. Quanto à catalogação sistematizada de materiais e serviços a fim de padronizar e evitar contratações inadequadas, 11 estados a utilizam.

A especialista também comentou que 50% dos estados fazem uso do poder de compras para estímulo ao mercado local e para promoção da sustentabilidade. Doze deles têm programas próprios de capacitação ou em parceria com o Sebrae. “As compras públicas são um eixo central na discussão da qualidade do gasto, gerando avanços e inovações nos estados”, analisou Ana Lúcia.

Entre as iniciativas de destaque, ela citou a criação de um banco de preços referencial, a regulamentação das atividades de gestão e de fiscalização de contratos, a gestão estratégica de suprimen-

tos, os procedimentos e as ferramentas de avaliação e de prestação de contas, a implementação de um centro de serviços compartilhados e a elaboração de um caderno de serviços terceirizados.

Para o Diretor-Adjunto da Escola de Administração Fazendária (Esaf), Carlos Henrique de Azevedo, “é preciso complementar a pesquisa, validando valores discrepantes e fazendo análise por grupo de estados mais homogêneos, pelo PIB *per capita*, por exemplo”, avaliou. Os estados que ainda não enviaram o formulário devem encaminhá-lo até o final de setembro, para o Consad.

Presidente do Conselho, Alice Viana, afirmou que essa pesquisa representa o maior estudo nessa área que a instituição dispõe. “Sugiro que o grupo de trabalho seja retomado e que possamos consolidar esta como a primeira pesquisa do Consad, em conjunto com o Conseplan, o Gefin e o BID, a ser apresentada no nosso Congresso do ano que vem e, quem sabe, até transformá-la em uma publicação”, sugeriu.

MULTIPLICADOR DE CONTEÚDO

O Diretor de Desenvolvimento Gerencial da Enap, Paulo Marques, falou da importância de se promover espaços de diálogo entre as diferentes esferas de governo, com o objetivo de fortalecer a área meio, especialmente a de compras e de gestão de contratos, aumentando a eficiência da Administração Pública. “Acontece uma troca interessante em termos de inovação e de soluções encontradas para diferentes desafios”, disse.

Com o intuito de prover melhor condição para a aplicação de normas nas organizações públicas, a Escola ministra o Programa de Formação de Técnicos Estaduais em Gestão de Compras Públicas, financiado pelo BID. “Esse programa está estruturado em duas etapas: capa-



Ana Lúcia: “é um dado oficial, não uma percepção”

citação de formadores e multiplicação dos cursos nos estados que aderirem ao programa”, ressaltou Paulo.

AÇÕES DO BID

O associado sênior em aquisições do BID, Edwin Tachlian, avaliou o funcionamento do Sistema Nacional de Compras Eletrônicas, com o uso de recursos do banco, que financia, anualmente, 30 mil contratos em 26 países – representando quase 4 milhões de dólares. Entre eles, há dois mil contratos de alto valor, o que significa 90% dos desembolsos.

Edwin contou que, desde 2010, a instituição financeira investe em uma estratégia para o fortalecimento dos sistemas nacionais inspirada nas melhores práticas internacionais. Os resultados têm sido positivos. “As compras públicas representam o primeiro mercado na região, manuseando até 20% da economia. Se forem bem planejadas, temos casos de 33 bilhões de dólares poupanados por ano”, salientou. “Por isso, é tão importante profissionalizar o processo e capacitar os gestores”, acrescentou.

COLEGIADO ELEGE NOVOS MEMBROS

*Foram eleitos a primeira vice-presidente e o integrante do Conselho Fiscal.
Na ocasião, especialista também revelou como anda o planejamento estratégico do conselho*

A Secretária de Estado da Administração e da Previdência do Paraná, Dinorah Nogara, foi eleita para a 1ª Vice-Presidência do Consad, no biênio 2015/2016. Ela substitui Gustavo Nogueira, que deixou a Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte para dedicar-se exclusivamente à Secretaria de Planejamento do Estado. Também foi eleito membro do Conselho Fiscal o Secretário de Estado de Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul, Eduardo Oliveira.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Diretor do Instituto Publix, Humberto Falcão, mostrou o andamento das etapas de reformulação do Plano Estratégico do Consad, para o triênio 2015-2017. Até agora, foram realizadas 15 entrevistas, que contemplaram análise de



Eduardo Oliveira, Alice Viana e Dinorah Nogara

contexto, linhas de atuação, problemas enfrentados, stakeholders e avaliação do papel do Conselho.

A partir de dados da pesquisa, Humberto Falcão listou três grandes vertentes que definem a representatividade da entidade: uma instância política de gestão pública junto ao Governo Federal e ao Congresso Nacional, uma comunidade

de aprendizagem prática e de troca de experiências bem-sucedidas e um agente de políticas públicas. “O Consad é uma instituição que já tem uma trajetória respeitável, boa reputação e capacidade de influenciar questões mais macras do governo”, afirmou.

Entre os desafios a superar, ele frisou a liderança para propor reformas estruturais, com soluções que impactam nos estados; a ampliação de forma colaborativa (até mesmo com parcerias gratuitas em prol da boa gestão); e a criação de ferramentas de expansão do conhecimento e de boas práticas.

PRÓXIMA FASE

Os estados que ainda não responderam o questionário devem enviá-lo até o dia 20 de setembro, para o Consad. No 99º Fórum da entidade, o Instituto Publix irá apresentar o trabalho consolidado. ■

MAIOR CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA

Oitava edição do Congresso Consad recebeu avaliação positiva por parte dos mais de 2 mil participantes, que informaram replicar as experiências em seus estados

A Presidente do Consad, Alice Viana, apresentou dados quantitativos da pesquisa de satisfação do VIII Congresso Consad de Gestão Pública, que aconteceu nos dias 26, 27 e 28 de maio, em Brasília. “Os números e os resultados são recordes e consolidam, cada vez mais, o Congresso como o maior evento de gestão do País”, comentou.

Dos 515 trabalhos inscritos, o Comitê Gestor selecionou 172, que foram apresentados em 56 painéis. Cerca de 2 mil pessoas estiveram no Congresso, público formado, principalmente, por servidores públicos entre 26 e 55 anos.

A conferência magna “Caminhos para melhoria da efetividade e da qualidade dos serviços públicos”, ministrada

pela Presidente do Instituto de Governança do Canadá, Maryantonett Fluminian, conquistou 98,73% de aprovação do público. Igual receptividade mereceram as mesas-redondas “Simplificando para promover melhores serviços” e “Dilema dos governos estaduais: melhoria da qualidade do gasto público”, com 98,71% e 95,91%, respectivamente. ■

Edição: AP Comunicação
Projeto gráfico e diagramação: DUO Design
Coordenação: Mariana Pereira
Jornalista: Paula Fonseca
Revisão: Cláudia Falcão
Impressão: Athalaia // Tiragem: 1.000

CONSAD
Edifício Embassy Tower
Endereço: SRTVS | Quadra 701 | Bloco K
Sala 520 | CEP: 70340-000 | Brasília-DF
Telefone: (61) 3322-5520
Secretária-executiva: Iracy Gomes
Site: www.consad.org.br
E-mail: consad@consad.org.br
Facebook: [Congresso.Consad](https://www.facebook.com/Congresso.Consad)
Twitter: [@consad_](https://twitter.com/consad_)

PRESIDÊNCIA – Alice Viana Soares Monteiro – Secretária de Estado da Administração do Pará • **VICE-PRESIDÊNCIA – Dinorah Botto Portugal Nogara** – Secretária de Estado da Administração e da Previdência do Paraná • **Lívania Maria da Silva Farias** – Secretária de Estado da Administração da Paraíba • **JUNTA FISCAL** – Secretário de Estado da Administração da Bahia, **Edelvino Goes da Silva Filho** • Secretário de Estado da Administração do Piauí, **Francisco José Alves da Silva** • Secretário de Estado da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Sul, **Eduardo Oliveira** • **CONSELHEIROS** – Secretária de Estado da Gestão Administrativa do Acre, **Sawana Leite de Sá Paulo Carvalho** • Secretário de Estado do Planejamento e Gestão Pública de Alagoas, **Carlos Christian Reis Teixeira** • Secretária de Estado de Administração do Amapá, **Maria Goreth Silva e Souza** • Secretária de Estado da Administração e Gestão do Amazonas, **Lígia Abraham Fraxe Licatti** • Secretário do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, **Hugo Santana de Figueirêdo Júnior** • Secretário de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás, **Thiago Mello Peixoto da Silveira** • Secretário de Estado da Gestão Administrativa e Desburocratização do Distrito Federal, **Alexandre Ribeiro Pereira Lopes** • Secretária

de Estado da Gestão e dos Recursos Humanos do Espírito Santo, **Dayse Maria Osleguer Lemos** • Secretário de Estado da Gestão e Previdência Social do Maranhão, **Lilian Guimarães** • Secretário de Estado da Administração de Mato Grosso, **Julio Cesar Modesto dos Santos** • Secretário de Estado da Administração de Mato Grosso do Sul, **Carlos Alberto de Assis** • Secretário de Estado do Planejamento e Gestão de Minas Gerais, **Helvécio Miranda Magalhães Junior** • Secretário de Estado da Administração de Pernambuco, **Milton Coelho** • Secretária de Estado de Planejamento e Gestão do Rio de Janeiro, **Claudia Uchôa** • Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos do Rio Grande do Norte, **Marcelo Marcony Leal de Lima** • Secretária de Estado da Gestão Estratégica e Administrativa de Rondônia, **Helena da Costa Bezerra** – superintendente • Secretário de Estado da Administração de Roraima, **Frederico Linhares** • Secretário de Estado da Administração de Santa Catarina, **João Batista Matos** • Secretário de Estado do Planejamento e Gestão de São Paulo, **Marcos Antonio Monteiro** • Secretário de Estado do Planejamento e Gestão de Sergipe, **João Augusto Gama da Silva** • Secretário de Estado da Administração de Tocantins, **Geferson Oliveira Barros Filho**.